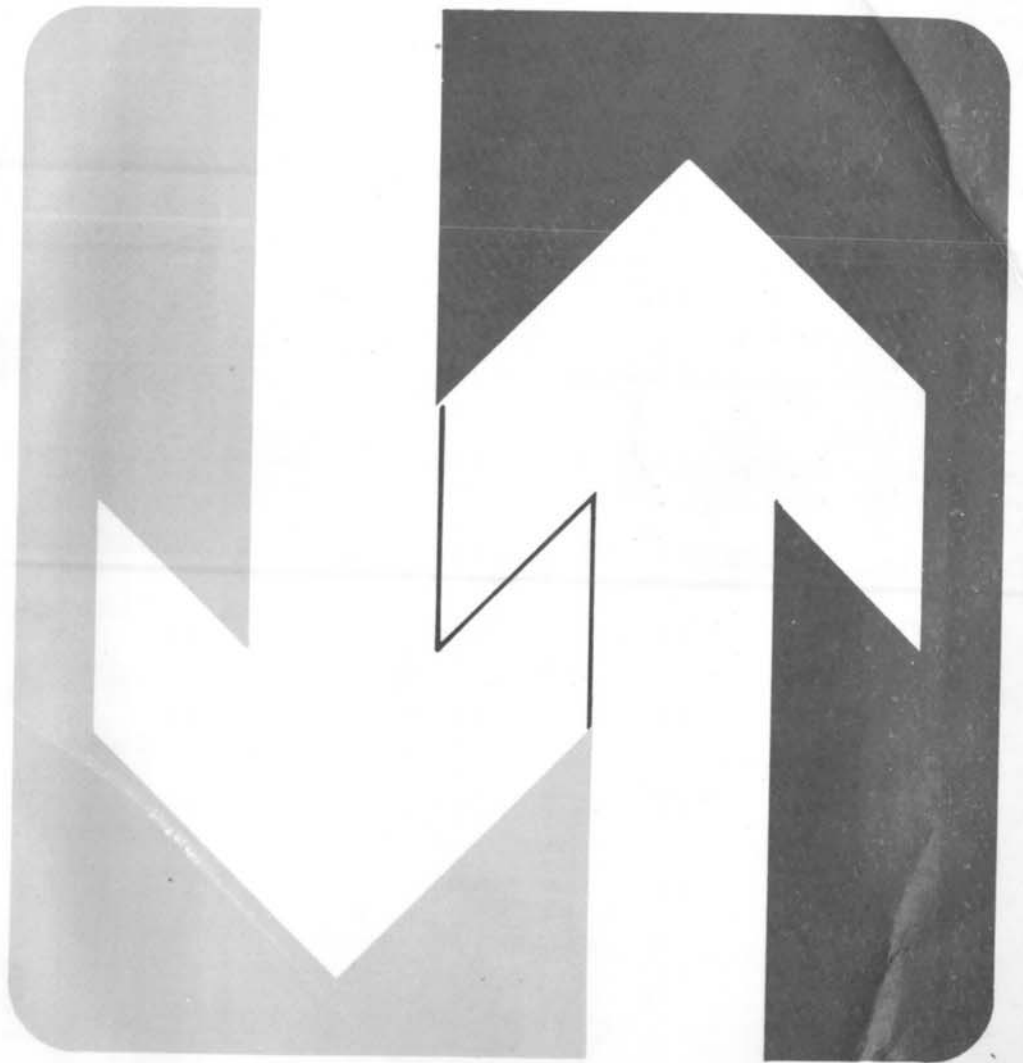


# ANAIIS



3º CONGRESSO  
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA  
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

## **1. Introdução**

A informação é reconhecida, por muitos países, e mesmo pela UNESCO, como fundamento essencial sobre o qual repousa o progresso da civilização e da sociedade humana.

Assim, os países que dispõem de recursos para pesquisa e desenvolvimento investem grandes somas no planejamento, na organização e na manutenção de serviços de informação cada vez mais complexos.

Nos últimos decênios, no entanto, reconheceu-se a necessidade do entrosamento desses serviços, como requisito indispensável à utilização racional dos recursos.

Em âmbito nacional, podem ser citados dois grandes exemplos de coordenação e racionalização de atividades no campo da informação: na Inglaterra, a criação da British Library, em julho de 1973, por Ato do Parlamento<sup>(1)</sup>; nos Estados Unidos, o projeto da National Commission for Libraries and Information Science, para constituição de um Nationwide Library Program<sup>(2)</sup>. Até mesmo no Brasil, o Governo, ao definir suas metas e bases para ação,<sup>(3)</sup> em 1970, referiu-se à implantação de um sistema de informações sobre Ciência e Tecnologia.

Em âmbito internacional, a primeira tentativa de um estudo coordenado se fez em 1966, porém só em 1974, depois de uma série de quatro conferências regionais sobre o assunto, a UNESCO tentou resumir os resultados obtidos, a nível internacional. A reunião realizada pela UNESCO em Paris, em setembro de 1974, foi a primeira conferência intergovernamental destinada a ocupar-se exclusivamente dos problemas inerentes ao planejamento nacional em matéria de bibliotecas, documentação e arquivos.<sup>(4)</sup>

## **2. Programa NATIS**

### *2.1 Conceito*

O documento final<sup>(5)</sup> emanado da Conferência Intergovernamental sobre o Planejamento das Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos consagra (recomendação nº 1) o conceito geral de infra-estruturas nacionais dos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos (NATIS) como uma estrutura geral, que abrange todos os serviços que se

ocupam de proporcionar informação a todos os setores da comunidade e a todas as categorias de usuários.

Para transformar o conceito de NATIS em um programa de ação, a Conferência pede aos Estados Membros da UNESCO que tomem as providências necessárias para criarem um sistema nacional de informação, ou uma infra-estrutura para os serviços de informação, considerando a estrutura econômica e social do país e seu patrimônio cultural, dentro dos planos gerais e setoriais de desenvolvimento nacional e sua política de comunicação.

Recomenda, ainda, a Conferência, que esse sistema seja apoiado por legislação apropriada, financiamento e pessoal qualificado e pelo uso de técnicas modernas de informação.

Pela recomendação nº 2, são aconselhados os Estados Membros a estabelecerem, no mais tardar, até dezembro de 1978, órgãos nacionais de coordenação, adequados, com capacidade e atribuições claramente definidas, que se encarreguem de estudar minuciosamente todos os problemas pertinentes e de elaborar planos para aplicar eficazmente o NATIS. E que, ao pôr em prática os objetivos do NATIS, desenvolvam um sistema integrado, que compreenda bibliotecas, documentação e arquivos.

## *2.2 Objetivos*

É ainda o documento final da Conferência que traça os objetivos para uma ação nacional, bem como para uma ação internacional em torno do NATIS.

À medida que se vai tomando consciência da necessidade de colaboração em âmbito internacional, torna-se imprescindível o planejamento nacional da organização e difusão sistemática da informação. São exemplos dessa cooperação internacional o UNISIST e o CBU (controle bibliográfico universal).

A nível nacional, são 12 os objetivos do NATIS: traçar uma política nacional de informação; suscitar o interesse dos usuários; fomentar o hábito de leitura; avaliar as necessidades dos usuários; analisar os recursos de informação existentes; analisar os recursos de pessoal; planejar sua própria estrutura; formar pessoal para seus serviços; planejar suas necessidades tecnológicas; estabelecer a legislação adequada; consignar orçamento adequado ao seu funcionamento; estabelecer a relação do controle Bibliográfico Universal com o sistema nacional de informação.

A nível internacional, a UNESCO, consciente de que, em muitos países, o estabelecimento de um sistema nacional exigirá uma ajuda econômica e técnica, propõe que se prepare um programa de ação a curto e a longo prazo, para conseguir a implantação do NATIS nos Países Membros. Os objetivos desses programas de ação, da UNESCO, são os seguintes: ajuda aos Estados Membros, para planejamento e desenvolvimento do NATIS; promoção do Controle Bibliográfico Universal; organização de um programa de ação a

longo prazo; organização de uma Conferência Intergovernamental para examinar os progressos do UNISIST, NATIS e CBU, possivelmente em 1978.

Da análise dos documentos da Conferência de Paris, destaca-se a importância que os delegados participantes atribuíram ao programa do Controle Bibliográfico Universal, da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)<sup>(6)</sup>, dando à UNESCO uma idéia mais precisa do que deveria ser sua própria atuação nesse programa, considerando que se trata de um instrumento básico para a consecução dos objetivos do NATIS.

### 3. Responsabilidades das Bibliotecas Nacionais

Desempenham as bibliotecas nacionais papel de especial responsabilidade dentro dos sistemas nacionais de informação – assunto de reunião de diretores de bibliotecas nacionais, em Oslo, agosto de 1975, e em Lausanne, setembro de 1976.<sup>(7)</sup>

Dos documentos resultantes das citadas reuniões, depreende-se que as bibliotecas nacionais cumprem suas responsabilidades no contexto do NATIS, através de três principais funções: proporcionar serviços biblioteconômicos de forma centralizada, ocupar papel de liderança entre os componentes dos NATIS, e participar ativamente do planejamento e do desenvolvimento geral dos NATIS.

Importante também é considerar a posição das bibliotecas nacionais dentro de um sistema internacional de informação; primeiro, porque nenhum NATIS será auto-suficiente; segundo, porque problemas de informação internacional requerem enfoque também internacional. Cabe, assim, às bibliotecas nacionais, de forma pragmática, participarem, desde já, dos movimentos internacionais que venham a beneficiar e aperfeiçoar os serviços ou sistemas nacionais. Para isso, devem: acompanhar o desenvolvimento dos processos de arquivamento e troca de informações; participar dos acordos de empréstimo internacional e de fornecimento de reprografia; acompanhar os entendimentos internacionais para recuperação da informação, incluindo técnicas de indexação, resumos, catalogação, classificação e tradução, tudo visando à desejada compatibilização; promover pesquisas e contribuir para a adoção definitiva de padrões referentes a essas atividades, particularmente quanto ao CBU, ao ISDS e à rede internacional do MARC; concorrer para o aperfeiçoamento de recursos humanos especializados, isto é, para a formação e o treinamento de profissionais em trabalhos de documentação, bibliotecas e arquivos, dentro do país correspondente; estimular o interesse pelo planejamento do NATIS, no país, principalmente examinando a aplicação da tecnologia da informação às necessidades nacionais e discutindo aspectos legais, como, por exemplo, direito autoral; procurar participar de programas internacionais – especialmente o UNISIST – pois, em muitos casos, é a biblioteca nacional que atua como ponto focal para orientação, apoio, estímulo e coordenação na implementação nacional de tais programas.

### 3.1 Controle Bibliográfico e Bibliografia Nacional

Em muitos países, cabe à biblioteca nacional a elaboração da bibliografia nacional corrente, como consequência do depósito legal cumprido pelos editores. Assim, a bibliografia corrente é a grande responsável pela divulgação da indústria editorial nacional. Fácil, portanto, compreender a importância e a necessidade da periodicidade freqüente dessa bibliografia e de seus subprodutos, tais como fichas para bibliotecas, bibliografias seletivas etc.

O conceito de Controle Bibliográfico Universal, desenvolvido pela IFLA e apoiado pela UNESCO, traduz-se por um sistema de controle e permuta de informação bibliográfica a nível universal, e sob forma normalizada, internacionalmente aceita. Há necessidade, pois, de uma agência central, capaz de armazenar todos os dados produzidos e com o encargo de receber e distribuir, no respectivo país, os dados coligidos por outras agências bibliográficas nacionais. Essa agência, em princípio, é a biblioteca nacional.

O sucesso do CBU, pode-se dizer, depende da amplitude da bibliografia nacional, da freqüência de sua periodicidade e dos recursos para sua distribuição. A catalogação-na-fonte e o sistema internacional de numeração de livros (ISBN) são meios de que, normalmente, se servem as bibliotecas nacionais para tornar efetivo o controle do depósito legal – fonte essencial da bibliografia corrente.

### 3.2 Automação de Serviços

Várias razões podem ser enumeradas, de forma a justificar o uso de computadores em bibliotecas nacionais: a manipulação diária da massa de informações e documentos coletados; a necessidade de subprodutos do processamento técnico das obras recebidas; a facilidade de manipular informação produzida por outra agência nacional ou estrangeira. No entanto, nenhuma razão parece tão válida quanto a de uma biblioteca nacional dever estar à frente das pesquisas e das experiências no campo. Ela é, naturalmente, um usuário da informação produzida, mas também deve ser capaz de produzir sua informação, de forma automatizada, para suprir, mais rapidamente, outras bibliotecas, a nível nacional e internacional.

A preparação e a produção da bibliografia nacional, de forma automatizada, deve constituir a primeira preocupação e a primeira experiência do trabalho de automação de uma biblioteca nacional. Essa foi a grande experiência da Biblioteca do Canadá,<sup>(8)</sup> já divulgada, para apontar exemplo a seguir por outras entidades do mesmo gênero, em outros países. Em resumo, a participação no CBU está intimamente ligada ao conceito de um banco nacional de dados, composto de registros de fontes nacionais e internacionais e usado como o principal recurso das bibliotecas de um país. Tal banco de dados poderá constituir-se na maior preocupação de uma biblioteca nacional e na base do seu sistema de automação.

#### 4. A Biblioteca Nacional e o NATIS Brasileiro

A partir do documento produzido pela Comissão Interministerial e apresentado ao CNPq, em maio de 1973, para a criação do SNICT, nenhuma outra ação objetiva se fez sentir, como resultado daquela iniciativa. No entanto, motivados pela Conferência da UNESCO, em 1974; voltaram os especialistas brasileiros a se congregarem em torno da idéia de uma coordenação nacional das atividades bibliográficas.

Em julho de 1975, foi realizada a primeira reunião, sob a coordenação do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, com a presença de Célia Ribeiro Zaher, Diretora interina do Departamento de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, da UNESCO, lançando as bases para a efetivação do controle bibliográfico nacional. Já o IBBDD havia elaborado seu formato CALCO<sup>(9)</sup> e a Biblioteca Nacional considerava a viabilidade de publicar seu *Boletim Bibliográfico* a partir daquele formato.

Por Convênio entre o CNPq e o Ministério da Educação e Cultura, criou-se o Centro de Informática do MEC (CIMEC), cuja colaboração logo se fez presente, ao estudar a exeqüibilidade do sistema e desenvolver o formato CALCO. Pelo fato de ter sido estabelecido com base no MARC II, no MARC Canadense e no MARC Internacional e de ter respeitado as demais recomendações da ISO e da UNESCO, o formato CALCO pode ser considerado como o formato brasileiro, bastante flexível e, ao mesmo tempo, compatível com outros formatos de grandes sistemas, além de que aceita os elementos bibliográficos contidos no ISBD (M) e (S).

O manual CALCO já está em fase final de impressão, pelo Convênio CNPq/MEC, para ser oferecido às instituições brasileiras que desejarem participar do sistema de cooperação. Este, automaticamente, constituirá, no CIMEC, um grande banco de dados para facilitar a disseminação de informações bibliográficas para todo o território nacional.

A primeira grande experiência do CALCO vem sendo realizada pela Biblioteca Nacional que, com o concurso do CIMEC, iniciou a publicação de seu *Boletim Bibliográfico*, por computador, num processo que se aperfeiçoará gradativamente.

Outras experiências da Biblioteca Nacional, com o apoio do CIMEC, e que certamente a colocam em posição de agência central do controle bibliográfico nacional, podem ser também enumeradas: o catálogo dos periódicos existentes no seu acervo; a instituição, no Brasil, do número internacional do livro (ISBN) do qual é a Agência Nacional; a automação geral dos serviços técnicos de processamento do material bibliográfico.

Vários caminhos podem conduzir à solução de um problema. Como acabou de expor, a automação de serviços da Biblioteca Nacional é consequência natural do próprio desenvolvimento brasileiro e do desejo de o Ministério da Educação e Cultura ver tornar-se realidade o Sistema de Informações Educacionais e Culturais. No entanto, é consenso geral que o planejamento da automação, em uma biblioteca nacional, deveria começar

pela conscientização do conceito de NATIS, ou por um plano global da informação para todo o país, no qual seu relacionamento com os demais componentes do sistema estivesse devidamente acentuado.

## 5. Citações Bibliográficas

- (1) BRITISH LIBRARY – *First annual report, 1973-74, presented to the Secretary of State for Education and Science, in compliance with Section 4 (3) of the British Library Act*. London, 1974. 16p.
- (2) WESTAT RESEARCH, Inc. – *Resources and bibliographic support for a nationwide library program*. Final report to the National Commission for Libraries and Information Science. Washington, Government Printing Office, 1974. 267p.
- (3) BRASIL. Presidência da República – *Metas e bases para ação do Governo*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970. 265p.
- (4) GREEN, Stephen – El NATIS: tema para los años 70. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, 29 (3): 125-32, maio/jun. 1975.
- (5) CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL sobre PLANEJAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS NACIONAIS DE DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. Paris, 1974 – *Informe final*. Paris, UNESCO, 1975. 67p. (COM/MD/30)
- (6) ANDERSON, Dorothy – *Universal bibliographic control; a long term policy*. Pullach, München, Verlag Dokumentation, 1974. 87p.
- (7) DUCHESNE, R.M. – *The role of national libraries in national and international information systems*. Ottawa, National Library of Canada, 1976. 35f. [Working paper for the Meeting of Directors of National Libraries. Lausanne, 1976]
- (8) CLEMENT, Hope E.A. – *Automation in a national library*. Ottawa, National Library of Canada, 1975. 28f. [Paper prepared for the IBM Executive Seminar on Library Automation. Brussels, 1975]
- (9) BARBOSA, Alice Príncipe – *Projeto CALCO, catalogação cooperativa automatizada*. Rio de Janeiro, IBBD, 1973. 130p. [Publicado originalmente como dissertação, sob o “Projeto CALCO”; adaptação do MARC I para implantação de uma central de processamento de catalogação cooperativa]

1) *David Gueiros Vieira* (UnB – Brasília – DF): A Biblioteca Nacional pretende obter o direito de “plug-in” no sistema de informação da Biblioteca do Congresso?

R – Eu não creio que possa falar sobre automação nesse momento e também não quero prometer muito, pois nem sempre no Serviço Público as coisas têm continuidade, não se podendo fazer planos a longo prazo. O que posso dizer, desde já, é que aquilo que já realizamos, quanto ao projeto CALCO está inteiramente compatível com o sistema MARC, que por sua vez já está sendo usado em âmbito internacional. Além disso, estamos examinando a possibilidade de utilizar já as fitas produzidas pela LC. Nessas cogitações tem papel de destaque a Fundação Getúlio Vargas que, ao ser visitada pelo Diretor da Biblioteca do Congresso solicitou formalmente a feitura de um convênio a fim de receber as fitas produzidas pelo MARC já traduzidas para o português. Nesta proposta, a FGV, após consulta à BN, incluiu-a como parte integrante desse sistema. Quer-me parecer que esse já é um começo para essa idéia de “plug-in”.

2) *José Roberto Saviani* (São Paulo – SP): A tendência das grandes bibliotecas mundiais atualmente volta-se para a utilização da microfilmagem para o acesso às obras existentes. Tal fato deve-se à velocidade de acesso bem como à facilidade de reprodução de textos. Existe algum plano nesse sentido em desenvolvimento na Biblioteca Nacional? Em caso negativo, por que?

R – A BN vem há longo tempo se preocupando com microfilmagem e desenvolvendo um laboratório, que embora pequeno está totalmente montado em termos de uma linha de produção. De 3 anos para cá vem intensificando o projeto de microfilmagem de jornais. As obras raras, também, a longo prazo, vêm sendo microfilmadas. Com o apoio da Fundação Ford há 2 anos atrás, o projeto de microfilmagem de jornais tomou corpo. Ainda neste Congresso a BN divulgará uma publicação que se chama “Catálogo Coletivo de Jornais Brasileiros em Microforma”. O que pretendemos com isso é divulgar que jornais do Brasil já foram microfilmados, por quem e onde se encontram esses microfilmes, evitando com isso a duplicação de trabalhos. Pedimos para isso a colaboração efetiva de todos aqueles que tenham conhecimento de jornais já microfilmados. Isso evitará que a própria BN repita trabalhos e permitirá um melhor desenvolvimento do Catálogo. Assim, além do trabalho de microfilmagem para preservação de seu acervo, a BN atende ainda a pedidos de microfilmagem de interesse de seus usuários.

3) *Gylka Espinheira* (Bahia): Qual a situação do depósito legal e da bibliografia nacional corrente no Brasil? Quais os problemas enfrentados pela Biblioteca Nacional neste campo?

R – A situação jurídico-administrativa da BN não permite que ela possa fazer cumprir o decreto sobre Depósito Legal de maneira efetiva ou seja, ela não tem poderes legais para, encontrando um editor faltoso, aplicar-lhe as sanções. Por outro lado estamos tentando sistematizar e atualizar a bibliografia



brasileira corrente que é a contra-partida do depósito legal para estimular os editores para, de fato cumprirem o dispositivo legal. Acreditamos que isso será muito mais eficiente do que aplicar sanções. No entanto uma revisão do decreto de Depósito Legal foi encaminhada ao Ministro da Educação, que por sua vez o mandou para o Planalto.

O encaminhamento ao Congresso, entretanto, não foi ainda levado a efeito por entenderem que se a lei atual não é exequível devido à estrutura administrativa da BN não seria viável a promulgação de outra lei que também não pudesse ser rigorosamente aplicada e cumprida.

Assim, o objetivo só será alcançado quando a BN possuir maior autonomia de ação para aplicar sanções paralelamente à publicação de uma bibliografia brasileira atualizada.

4) *Dinah Aguiar Población* (São Paulo): O Projeto CALCO está prevendo automação tanto para monografias como para publicações seriadas? O catálogo de publicações periódicas da Biblioteca Nacional será processado por computador?

R – Sim. O Projeto CALCO prevê também a inclusão de publicações seriadas. Ele é bastante amplo e poderá incluir até documentos primários (arquivos manuscritos). Quanto à 2ª parte da pergunta, o catálogo de publicações periódicas da BN está sendo processado pelo CIMEC; são 23 mil títulos, ou seja, 23 mil coleções de revistas e jornais brasileiros e estrangeiros desde que a Biblioteca se criou. Nesse momento toda essa massa de informações já está sendo processada por computador. A 2ª etapa será o confronto dessa listagem com a real coleção da Biblioteca ou seja, o processamento do inventário da coleção. A terceira etapa será então a publicação do catálogo correspondendo à realidade do acervo de periódicos da BN.

5) *Mario Sandoval* (Paraguai): Cuales son los países que participan del NATIS y tienen ellos el apoyo de sus gobiernos? Cuales son los documentos oficiales que existen en el Brasil respecto al NATIS?

R – Da Conferência Intergovernamental de setembro de 1974 participaram cerca de 80 países-membros. Quanto ao apoio dos governos não podemos generalizar. Podemos citar como certos a Venezuela, a Colômbia, muitos países da África e Ásia, o Brasil (ainda que de maneira informal). Outros entretanto desconhecem o assunto.

Na parte de citações bibliográficas do trabalho que acabei de apresentar nesse Congresso foram incluídos alguns documentos básicos do NATIS e na BN possuímos todos esses documentos em microforma e à disposição dos que se interessarem pelo assunto.

6) *Maria do Rosário Junqueira* (Tribunal de Justiça – RJ): Quais as iniciativas de microfilmagem dos Diários Oficiais Federais e Estaduais?

R – Pela publicação que vamos distribuir dentro de poucos dias poderão ver pelos títulos se estamos tendo conhecimento de todos os D.O. microfilmados.

Alguns, como o da União, estão em parte microfilmados e outros de forma analítica.

A publicação a que nos referimos dará todas as indicações das entidades que estão microfilmando os D.Os.

7) *W. Monterani* (Usiminas – MG): A Biblioteca Nacional microfilma o Diário Oficial? Em caso afirmativo há possibilidade de se conseguir cópia do microfilme?

R – A BN não está efetivamente microfilmando o D.O. pois foi traçado um programa prioritário de microfilmagem tendo como base o aconselhamento de um grupo de professores de história, cientistas sociais e autoridades do Conselho Federal de Cultura e do IHGB que apresentou uma lista de periódicos brasileiros prioritários. A BN por sua vez se reserva o direito de alterar essas prioridades com base em fatos concretos, como no caso de saber que a microfilmagem de um título já está sendo feita por outra entidade. De qualquer maneira todos os periódicos microfilmados pela BN estão à disposição seja por permuta (rolo a rolo), venda ou excepcionalmente (casos oficiais) por doação de cópia.